

Pagamento representa 40% da conta de juros do mês de janeiro

por Paulo Sotero
de Washington

A decisão do governo brasileiro, anunciada ontem, de pagar aproximadamente US\$ 350 milhões dos juros atrasados da dívida de médio e longo prazo aos bancos internacionais, foi aplaudida pelo presidente do comitê de bancos credores, William R. Rhodes, como "um exemplo da melhoria no relacionamento entre o Brasil e os bancos credores". O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que chefia a delegação brasileira às negociações e afirmara, ao retornar a Nova York, no começo da semana passada, que não levava nenhum cheque para os bancos, disse, ontem, através de um comunicado distribuído pelo Citicorp, que, além do cheque a ser entregue hoje, o governo planeja fazer outros pagamentos de juros devidos em 1988 "na medida em que as negociações de um acordo de médio prazo progredirem".

O pagamento anunciado cobrirá primordialmente os juros vencidos no dia 15 de janeiro. Os US\$ 350 milhões representam cerca de 40% da conta de juros aos bancos, do mês passado, de quase US\$ 800 milhões que é atipicamente elevada. Milliet explicou, no mesmo comunicado, que o governo brasileiro optou por saldar os juros vencidos no último dia 15, em lugar de fazer outros pagamentos de juros vencidos em janeiro, porque sob o acordo de reescalonamento em vigor que rege os pagamentos de juros de 1988 um número maior de bancos credores receberia fundos.

Milliet e Rhodes manifestaram o desejo do Brasil e dos bancos credores de chegar a um acordo de reescalonamento de médio prazo da dívida "o mais cedo possível". Fontes bancárias ouvidas por este jornal disseram, contudo, que as esperanças de um acordo rápido estão engasgadas na demanda brasileira de um total de aproximadamente US\$ 8,2 bilhões em novos empréstimos para refinarciar uma parte dos juros de 1988 e 1989.

Antes do pagamento anunciado ontem, banqueiros disseram a este jornal que desse que esses números lhes foram apresentados, em dezembro, o Brasil já revisou para cima, em pelo menos US\$ 2 bilhões, suas projeções de saldo comercial. Segundo as mesmas fontes, até agora o governo não deduziu os ganhos projetados da balança comercial do pedido de dinheiro novo, alegando que prevê uma deterioração na conta de capital, motivada por atrasos nas negociações com os credores oficiais. Os fundos desses credores, previstos inicialmente para o primeiro semestre, só estariam disponíveis, agora, no segundo semestre. Essa questão agrava a discussão do "burden sharinh" entre credores privados e oficiais, que é um dos pontos mais sensíveis de qualquer negociação.

A discussão dos juros de 1987 é outro ponto potencialmente complicado. Um grupo de 114 bancos concordou, em dezembro passado, em fazer um empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões para o País, equivalente a cerca de 65% da conta de juros entre 20 de fevereiro, o dia da decretação da moratória, e o 31 de dezembro. O Brasil já avisou os banqueiros, no entanto, que precisa de um empréstimo de longo prazo de pelo menos US\$ 3,4 bilhões para 1987. Os bancos estão dispostos apenas a refinarciar os US\$ 3 bilhões que já concederam.

Apresentado aos bancos como um gesto destinado a comprovar a seriedade dos esforços do governo brasileiro para normalizar as relações do País com seus credores internacionais, o pagamento, que era esperado tanto pelos bancos quanto pelas autoridades econômicas em Washington, parece reforçar a posição de negociação do País. Prevendo seu anúncio, fontes financeiras disseram a este jornal, durante o fim de semana, que o pagamento colocaria Milliet em melhor posição para tentar obter apoio no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para o objetivo estratégico do Brasil nas negociações, que, ao menos para efeito externo, continua a ser o de conseguir renegociar perto de 60% dos juros da dívida externa entre 1987 e 1989. Nas conversas com os banqueiros, os representantes brasileiros deixaram de enfatizar a porcentagem de juros a ser refinanciada por novos empréstimos.

Adicionalmente, um banqueiro afirmou que, a partir da efetivação de um pagamento de juros, Milliet teria mais argumentos para negociar uma eventual participação americana num empréstimo ponte para o Brasil, que os bancos adorariam ver montado. Segundo diferentes fontes do governo brasileiro, o Brasil pediu e não pediu um empréstimo ponte para os EUA. Se foi consultado a respeito, o governo americano em Washington respondeu, por enquanto, de forma negativa, alegando que não está claro ainda para onde a ponte levaria. Tradicionalmente, as pontes financeiras armadas pelo Tesouro conduzem o país beneficiário a um acordo de ajustamento econômico com o Fundo Monetário Internacional.

Aos banqueiros Milliet afirmou que as negociações entre o Brasil e o FMI não começarão antes de março e só gerarão frutos, sob a forma de desembolsos de dinheiro, no segundo semestre. A nota distribuída ontem pelo Ministério da Fazenda, em Brasília, anunciando a transferência de US\$ 350 milhões das reservas brasileiras para os credores privados, o governo indica que a ida ao Fundo pode acontecer antes disso. Segundo transcrição de partes da nota feita pela agência Ap Dow Jones, o governo planeja "continuar a aproximação com o Fundo em meados de fevereiro", quando uma missão de técnicos da instituição deve desembarcar em Brasília.

Uma fonte do Tesouro americano dissera a este jornal, há duas semanas, que em meados de fevereiro seria o momento ideal para que o Brasil iniciasse seus contatos formais com o Fundo, com vistas a, entre outras coisas, viabilizar uma possível participação oficial americana num empréstimo de emergência para o País em algum momento nos próximos meses.

Esta informação pode explicar, a posteriori, algumas das disparidades que se vêm acumulando entre o que alguns altos funcionários brasileiros têm dito publicamente sobre as negociações e o "script" que, de fato, vem sendo seguido.

Antes do anúncio de ontem, o Brasil pagara um pouco mais de terço dos juros vencidos no último trimestre de 1987, num total aproximado de US\$ 600 milhões, sob um acordo preliminar de suspensão da moratória, que o governo e os bancos negociadores sob pressão e patrocínio do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.